

Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo de Curitiba e Região

Informativo Mensal

Número 149 – Ano 14 Abril - 2014 O regato perderia a sua doce canção se lhe tirassem as pedras do caminho.

BANESPREV – ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral dos participantes, realizada no dia 26 de abril, em São Paulo, aprovou o balanço do BANESPREV, porém com as ressalvas apresentadas pelos Conselheiros Fiscais eleitos.

As ressalvas estão disponíveis, na íntegra, na internet no site do Banesprev.

Resumidamente, as ressalvas dizem respeito aos seguintes assuntos:

- Substituição dos títulos públicos da dívida do Santander junto ao Plano V - NTN-C por NTN-F, reduzindo o tempo de cobertura e a qualidade da garantia;
- Reclassificação de R\$ 504 milhões de títulos públicos do ativo do Plano V de "mantidos até o vencimento" para "negociação". Os presentes acompanharam os Conselheiros que discordaram do montante da operação para atender a necessidade alegada.
- Não contabilização do estorno no valor de R\$
 2.727 milhões do ativo do Plano V, conforme determinação da PREVIC de novembro de 2012, em detrimento da apresentação da real situação do plano e ao atendimento à determinação legal;
- Serviço passado do Plano II, cujo aporte está sendo pleiteado há mais de 10 anos.

PLANO II

O déficit do Plano II, em 2013, foi de R\$ 654 milhões. A alteração do conjunto de tábuas demográficas e premissas, realizadas na avaliação de 2013, causou um aumento no passivo atuarial de R\$ 252 milhões, enquanto a alteração da taxa de juros de 6% para 5,75% causou um aumento de R\$ 162 milhões. As alterações foram necessárias e legais.

No final de março de 2014, a PREVIC autorizou a manutenção da taxa de 6% no balanço de 2013. O balanço do plano deverá ser refeito e o déficit cairá para R\$ 492 milhões. Uma nova assembleia deverá ser convocada para aprovar as novas demonstrações financeiras, o balanço e o plano de custeio de mais este déficit.

DÉFICIT DO PLANO II

A insuficiência patrimonial em 31-12-2013 totaliza R\$ 1.634 milhões, sendo que os déficits de anos anteriores montam R\$ 980 milhões e vem sendo equacionado por participantes, assistidos e patrocinador e o restante de R\$ 654 milhões corresponde ao novo déficit de 2013. O plano de equacionamento do novo déficit deverá ser aprovado em assembleia, porém a cobrança das contribuições extraordinárias será a partir de 2017, conforme recente decisão da Previc.

Ocorre que, de acordo com o regulamento do plano, as contribuições normais (ativos) e as extraordinárias (ativos e assistidos), são calculadas por faixas salariais e de benefícios, onde os que ganham menos pagam menos e os que ganham mais pagam mais. O quadro torna-se dramático e até insustentável em médio prazo se considerar que os salários e os benefícios acima de um Teto da Previdência Social (R\$ 4.390,24) contribuem com 31,10% e 30,55%, respectivamente. Nesta faixa, para a cobertura do déficit de 2013 estas porcentagens poderão se situar acima de 50% e comprometer seriamente a renda de parcela dos participantes e assistidos.

Salvo melhor entendimento, acreditamos que a solução duradoura, inclusive para evitar conflitos, será a compreensão dos problemas por parte dos envolvidos e que se possa caminhar para uma negociação. A preservação do plano é prioridade.

CORREÇÃO DO FGTS

A Advocacia Geral da União, que representa o governo na Justiça, entrou na "briga" para tentar evitar que o Superior Tribunal de Justiça altere a correção do FGTS dos trabalhadores. A explicação é que uma mudança na correção do fundo poderá "refletir nas políticas públicas voltadas a habitação, saneamento básico e infraestrutura". Hoje o saldo do FGTS é corrigido pela Taxa Referencial mais 3% ao ano. Porém, a TR tem perdido para a inflação desde 1999. Com isso, a grana que fica parada no fundo vai, aos poucos, perdendo seu valor. Se houver mudança, os aposentados que já sacaram o saldo, também serão beneficiados.

AFABESP – NOVO CONSELHO

Com cerimônia realizada no dia 01 de abril, tomaram posse os novos Conselheiros da Afabesp para o triênio 2014/2017, que por sua vez elegeram a mesa Diretora do Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal.

Os nossos Diretores Claudanir Reggiani e Djalma Botelho estiveram presentes e foram empossados no Conselho Deliberativo.

AÇÃO DO IGP-DI - PLANO V

Nenhuma novidade. Continuamos aguardando.

Aguardando os julgamentos do Tribunal Regional Federal de São Paulo e do Juiz da 15ª Vara Federal de São Paulo.

Aguardamos.

AÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES

FUNDO PETROS – 1 BILHÃO DE PREJUÍZO

De acordo com notícia publicada no jornal "O Estado de São Paulo" do dia 28 de abril, o Fundo de Pensão dos funcionários da Petrobrás – PETROS aplicou R\$ 1 bilhão de reais no Banco BVA, em liquidação financeira desde meados do ano passado. Um prejuízo dessa magnitude certamente afetará a saúde financeira do Fundo PETROS.

FUNDO POSTALIS – 1 BILHÃO DE PREJUÍZO

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abriu investigação para apurar uma série de operações fraudulentas no mercado financeiro que atinge o fundo de pensão POSTALIS, dos funcionários dos Correios, o terceiro maior do país com cerca de 130 mil participantes. O jornal O Globo identificou uma delas: um aporte de R\$ 40 milhões, em dezembro de 2012, que teria sido direcionado por um ex-diretor da fundação após influência do doleiro Alberto Youssef, e dos donos da Tino Real Participação, alvos da Operação Lava-Jato da Polícia Federal. O diretor foi afastado do cargo em outubro do ano passado após a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) constatar irregularidades em investimentos que provocaram prejuízos calculados em quase R\$ 1 bilhão.

VACINA DA GRIPE

Iniciada a campanha nacional contra a gripe. Compareça a um dos Postos de Saúde. Previna-se.

DESVIOS NOS FUNDOS DE PENSÃO

Fatos como os acima nos dão a certeza de que nossos recursos à disposição do Banesprev devem ser administrados com a máxima cautela e segurança de modo a garantir nossas futuras complementações e pensões. Bancoop nunca mais.

RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

A Receita Federal vai começar a pagar restituição do imposto de renda em 16 de junho.

IMPOSTO DE RENDA SOBRE PRECATÓRIOS

As normas de cobrança do imposto de renda dos valores recebidos acumuladamente foram alteradas em 2010 resultando em incidência mínima e até em isenção. Assim, quem recebeu precatório a partir de 2010 pôde diluir em vários anos o montante recebido e pagar pouco ou nenhum imposto de renda.

Se você não se utilizou desse dispositivo legal basta retificar a declaração do imposto de renda referente ao ano do recebimento do precatório. A devolução do IR pago a maior pode estar te esperando.

REUNIÕES NA AFABESP

No mês de abril os nossos Diretores Reggiani e Djalma estiveram em São Paulo participando das seguintes reuniões convocadas pela AFABESP:

- ➤ Dia 25 Debates e análises de assuntos diversos sobre a CABESP e BANESPREV;
- ➤ Dia 26 Assembleia do BANESPREV;
- ➤ Dia 29 Debates e análises sobre a atual situação do Plano II.

ANTVERSARIANTES

MAIO

- 01 Margareth Pereira L. Bakun
- 02 Celso Antonio Moreira
- 07 Ilda da Cunha Urcichi
- 07 Ikuko Irata
- 09 Vera Lúcia Verga Chamiço
- 11 Josevaldo Martins da Costa
- 17 Eni dos Santos Fussek
- 20 Antônio Bakun Filho
- 21 Otilia Caron
- 26 João Francisco Benini
- 28 Suzana Skorupa



Expediente: O Informativo Afaban é uma publicação mensal distribuída interna e gratuitamente aos associados. Supervisão: Claudanir Reggiani

Rua Mal. Deodoro, 500 conj 32 – Curitiba - CEP. 80010-911 Fone/fax: 41-3322-6761 - afabancuritiba@gmail.comwww.afabancuritiba.org.br